

# VI Conferência Lúdica Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente e

## X Conferência Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente

14 a 16 de agosto de 2015 - Hotel Nacional Inn Village,  
na cidade de Ribeirão Preto.

# Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos fortalecendo os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente

---



## **OBJETIVO GERAL:**

- ✓ Garantir a implementação da Política e do Plano Decenal, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Direitos;

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- ✓ Sensibilizar e mobilizar a sociedade em geral na defesa do ECA;
- ✓ Fortalecer a participação da sociedade em geral, em especial, das crianças e dos adolescentes, na formulação, monitoramento e avaliação;

# OBJETIVOS ESPECÍFICOS



- ✓ Fomentar a criação e o fortalecimento dos espaços de participação nos conselhos de direitos, nos serviços, nos programas e nos projetos públicos e privados, dentre outros, destinados à infância e à adolescência;
- ✓ Propor estratégias que promovam o fortalecimento dos conselhos dos direitos para a implementação da Política e do Plano Decenal; e
- ✓ Articular os atores do Sistema de Garantia de Direitos para participarem da elaboração e implementação dos Planos Decenais Estaduais e Municipais.



As **Conferências Municipais**, foram divididas em **Lúdica e Convencional**, e tiveram:

- 35.000 participantes
- 417 dos 645 municípios do Estado realizaram as conferências, ou 64,65% do total de municípios;

A **Conferência Estadual** teve seus delegados eleitos a partir da realização de **26 Conferências Regionais**:

- 3.200 participantes, todos atores do Sistema de Garantias de Direitos e contou com a ajuda das **26 DRADS** para organizá-las.

# VI Conferência Estadual Lúdica dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente

---



Os eixos temáticos trabalhados na Conferência Lúdica, seguindo o CONANDA foram:

**Eixo I** - Promoção dos Direitos

**Eixo II** - Proteção e Defesa dos Direitos

**Eixo III** - Protagonismo e Participação

**Eixo IV** - Controle Social da Efetivação dos Direitos

# Plenária de Aprovação das Propostas



## **EIXO I - Promoção dos Direitos**

Melhorar a infraestrutura das escolas, visando a qualidade do ensino (biblioteca com diversidade para pesquisas, lousas digitais, auditórios, laboratórios, etc.); ajustar o nº de alunos por classe; unificar os conteúdos disciplinares e trabalhar os temas transversais como cultura, esporte e lazer para a garantia da aprendizagem e fim das desigualdades nas redes de ensino. Acompanhamento de um psicólogo nas escolas para orientação dos alunos e auxiliar o professor (Ensino Fundamental), visando a preparação psicológica dos alunos, trabalhando a motivação pessoal. Sendo responsabilidade dos governos municipais e estadual a efetivação desta proposta.

# EIXO I - Promoção dos Direitos



Implantação e implementação de projetos sociais voltados à infância e adolescência (Ex. CCA, CJ), em todos os municípios, com articulação entre os demais setores da administração pública:

- ✓ Suporte e profissionais específicos
- ✓ Promover debates sobre diversas temáticas
- ✓ Ofertar cursos profissionalizantes
- ✓ Oficinas culturais e esportivas

Observando a adaptação para crianças e adolescentes com deficiência.

# EIXO III - Protagonismo e Participação

---



Efetivar, com previsão de recursos, a participação de crianças e adolescentes em todos os conselhos de direito municipais, estaduais e federal, como conselheiros (com direito a voz e voto), promover e incentivar o protagonismo do público infantojuvenil.

Realizar conferências de grêmios estudantis, de âmbito municipal e regional, organizadas e protagonizadas pelos próprios adolescentes e que também extrapolem os muros da escola, atendendo às necessidades das comunidades com as quais se relacionam.

Os recursos para as conferências deverão vir das Secretarias Estaduais de Educação.



# EIXO IV - Controle Social da Efetivação dos Direitos



Divulgação dos locais e horários das reuniões de CDCA, distribuição de cartilhas sobre o ECA e o CMDCA nas escolas da comunidade, das políticas públicas, projetos de lei referentes aos DH's, possibilitando a participação e empoderamento da sociedade para o exercício do controle social.

**Implementação:** utilizar os meios de comunicação, como jornais locais, rádio, Internet, cartazes em espaços públicos, tais como escolas, postos de saúde e outros locais de acesso à população, sob responsabilidade do CMDCA de cada município.

# EIXO IV - Controle Social da Efetivação dos Direitos

---



Garantir a participação permanente dos adolescentes com direito à voz e voto no CMDCA, CONDECA e CONANDA, fortalecendo espaços de diálogos e debates na sociedade, como fóruns de discussão de defesa dos DH's com periodicidade trimestral, incluindo as escolas, firmando parceria com o Conselho da Criança e do Adolescente em uma linguagem simples, lúdica, para que todos compreendam os assuntos tratados.

# EIXO V - Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos

---



Criar o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) destinado a projetos, serviços e benefícios que garantam Saúde, Educação, Lazer e Esporte para essa população.

Assegurar os repasses ao fundo, incluindo mecanismos que garantam a transparência das ações e das verbas utilizadas pelo poder público.

Estruturar todos os municípios dos estados como 'Cidades Educadoras', fomentando o trabalho intersetorial nos âmbitos municipal, estadual e federal, investindo na capacitação dos profissionais da área da Saúde, Educação e Segurança, e melhoria da estrutura física dos equipamentos públicos.



# Eleição: Delegados

---

Total de **30 delegados**, sendo:

- ✓ 26 adolescentes + 26 Suplentes
- ✓ 4 crianças + 3 Suplentes

Respeitando as representações macrorregionais, bem como as questões de gênero e o maior número de regiões possíveis.

Foram observadas, dentro da escolha da delegação, as questões de etnia, raça e de pessoas com deficiência.

# EIXO II - Proteção e Defesa dos Direitos



Maior capacitação de profissionais e funcionários ligados à criança e adolescente (nas instituições que atendem adolescentes em medidas socioeducativas, Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, etc.) em função do cumprimento da Lei 4471/2012 que visa a defesa dos direitos da criança e adolescente, não infringindo a integridade física e psicológica dos mesmos. Criando como auxílio em todas as instâncias, ouvidorias a fim de que sejam garantidas as notificações e denúncias de violações de direitos.

# 2ª CARTA DE RIBEIRÃO PRETO

---



Ao final da Plenária, um grupo de adolescentes apresentou uma carta solicitando a ampliação da participação de crianças e adolescentes no processo de Conferências, repetindo assim, o aconteceu na última Conferência Estadual de Ribeirão Preto (2005).

A Carta ainda, se posicionou contra a redução da maioridade penal.

A carta teve 260 assinaturas.

